



ACÓRDÃO Nº672/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11412/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Francisco Dantas de Lima (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1916/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa, referente ao exercício de 2016, tendo como responsável o Sr. Francisco Dantas de Lima, Gestor e Ordenador de Despesas nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o Sr. Francisco Dantas de Lima, Gestor e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social, no valor de R\$ 5.591,20, conforme o art. 304, III, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, pela divergência de valores entre a conta do Balanço Financeiro e a Conciliação Bancária, demonstrando a inexistência da quantia registrada no Balanço Financeiro, conforme item 9, da Fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera



ACÓRDÃO Nº672/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Municipal para o órgão Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS, no prazo de 30 dias, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.3. Considerar em Alcance** o Sr. Francisco Dantas de Lima, Gestor e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social, no valor de R\$ 5.000,00, conforme o art. 304, III, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, pela ausência de documentação quanto ao registro contábil na conta Demais Créditos contido no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, bem como, a inexistência de comprovação de recuperação do referido valor, conforme item 10, da Fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS no prazo de 30 dias, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Considerar em Alcance** o Sr. Francisco Dantas de Lima, Gestor e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social, no valor de R\$ 13.717,18, conforme o art. 304, III, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, correspondente a não comprovação dos deslocamentos do responsável para os quais foram concedidas diárias, conforme item 16, da Fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS no prazo de 30, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5. Aplicar Multa** ao Sr. Francisco Dantas de Lima, gestor e ordenador de despesa, no valor de R\$ 4.384,12, conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por atos de **gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, itens 9, 10 e 16**, da fundamentação do Voto, que deverá ser



ACÓRDÃO Nº672/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Aplicar Multa** ao Sr. Francisco Dantas de Lima, gestor e ordenador de despesa, no valor de R\$ 8.768,25, conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por atos praticados com **grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária**, itens **1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 19, 20, 21, 26, 27, 28, 29 e 30** da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.7. Recomendar** ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie o imediato recenseamento previdenciário dos aposentados e pensionistas do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Fonte Boa, item 1 da fundamentação, do Voto;
- 10.8. Recomendar** ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que tome as providências cabíveis quanto à alteração na Lei Municipal nº 08/2015, a fim de incluir a



ACÓRDÃO Nº672/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

natureza jurídica do FUMPAS, item 2 da fundamentação, do Voto;

10.9. Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie mecanismos para que os segurados tenham plena informação sobre a gestão do FUMPAS, item 3 da fundamentação, do Voto;

10.10 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie de imediato o registro individualizado das contribuições de cada servidor e da parte patronal, item 6 da fundamentação, do Voto;

10.11 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que regularize, em conjunto com os Poderes Executivo e Legislativo, o Certificado de Regularidade Previdenciária do Município de Fonte Boa perante a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, item 8 da fundamentação, do Voto;

10.12 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie a emissão de documento próprio (Guias de Recolhimento) para os repasses das contribuições patronais e dos servidores junto a prefeitura e Câmara Municipal de Fonte Boa, item 18 da fundamentação, do Voto;

10.13 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie o envio do processo de aposentadoria da Sra. Maria da Conceição Cavalcante Viana ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, item 19 da fundamentação, do Voto;

10.14 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do



ACÓRDÃO Nº672/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Município de Fonte Boa – Fumpas que envie ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas o processo de aposentadoria do segurado Luiz Carlos Oliveira de Paula, item 20 da fundamentação, do Voto;

10.15 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que envie ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas os processos de pensão por morte dos segurados listados no item 21 da fundamentação, do Voto;

10.16 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie o pagamento dos meses em atraso dos aposentados e pensionistas do FUMPAS, item 22 da fundamentação, do Voto;

10.17 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que, uma vez constatada a permanência da irregularidade, tome as providências cabíveis quanto ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas do FUMPAS, referente ao exercício de 2016, item 23 da fundamentação, do Voto;

10.18 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie a abertura de uma conta corrente a fim de depositar os recursos da taxa de administração separadas das demais disponibilidades do RPPS, item 24 da fundamentação, do Voto;

10.19 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que providencie a avaliação atuarial a fim de cumprir o disposto nos art. 2º, I, da Lei Municipal nº 08/2015, item 25 da fundamentação, do Voto;

10.20 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do



ACÓRDÃO Nº672/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Município de Fonte Boa – Fumpas que promova a compensação previdenciária das aposentadorias concedidas pelo FUMPAS, caso estas tenham sido concedidas com tempo de contribuição junto ao RGPS, item 26 da fundamentação, do Voto;

10.21 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que observe o art. 94 da Lei nº 4320/64, item 29 da fundamentação, do Voto;

10.22 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que tome as providências cabíveis quanto à imediata nomeação dos membros do Conselho Fiscal conforme determinação do art. 47 da Lei Municipal nº 08/2015, item 4 da fundamentação, do Voto;

10.23 Recomendar ao Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – Fumpas que tome as providências cabíveis quanto à imediata nomeação dos membros do Conselho de Administração conforme determinação do art. 36 da Lei Municipal nº 08/2015, item 5 da fundamentação, do Voto;

10.24 Determinar à Comissão de Inspeção que fiscalize o cumprimento das recomendações, itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, da fundamentação, do Voto;

10.25 Determinar à **SEPLENO** que encaminhe cópias do Relatório Conclusivo nº 08/2018-DICERP, do Parecer Ministerial nº 1916/2018-MPC-ELCM e do Voto para a Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS a fim de que tome conhecimento das referidas peças.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

